



BACIA HIDROGRÁFICA FEDERAL DO RIO CURIMATAÚ-PB: UMA ANÁLISE JURÍDICA, POLÍTICO-INSTITUCIONAL E AMBIENTAL

Thalia Ferreira Cirilo¹

Erivaldo Moreira Barbosa²

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar os instrumentos jurídicos, político-institucionais e ambientais relativos à gestão de águas da Bacia Hidrográfica Federal do Rio Curimataú-PB, especialmente no tocante ao cumprimento das exigências estabelecidas pela Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), introduzida no ordenamento jurídico por meio da Lei nº 9.433/1997, cujos mecanismos buscam viabilizar a adequada proteção dos aspectos quantitativos e qualitativos dos recursos hídricos do país, os quais necessitam de uma gestão sustentável, democrática e eficiente. Para a consecução de tal objetivo, empregou-se a metodologia denominada hermenêutico-sistêmica, a qual permite compreender o sentido jurídico das leis e resoluções e entender as características dos documentos, instituições e entidades relacionados a questões hídricas. A partir da análise minuciosa dos instrumentos jurídicos e da dinâmica político-institucional relativa à bacia em questão, constatou-se que, em virtude da inexistência de um Comitê de Bacia Hidrográfica, órgão de importância fundamental quanto ao gerenciamento de recursos hídricos, o Plano Diretor da bacia em estudo encontra-se sem funcionalidade prática, posto que uma das atribuições de tal Comitê é executar e fiscalizar as metas definidas pelo Plano; ademais, verificou-se a potencialidade de instauração de conflitos quantitativos e qualitativos entre a população ribeirinha, cujo arbitramento, em primeira instância administrativa, também se enquadra como atribuição do Comitê. Dessa maneira, a partir da análise destas e de outras questões, concluiu-se que a gestão de águas da Bacia Hidrográfica Federal do Rio Curimataú-PB é ineficiente, não estando compatível com os ditames traçados pela PNRH.

Palavras-chave: águas; gestão sustentável; direito.

¹ Graduanda em Direito, Unidade Acadêmica de Direito (UAD), UFCG, Sousa, PB, e-mail: thalia_ccrei@hotmail.com

² Bacharel em Direito, UEPB, Doutor em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Campina Grande, PB, e-mail: erifat@terra.com.br



CURIMATAÚ-PB FEDERAL WATER BASIN: A LEGAL, POLITICAL, INSTITUTIONAL AND ENVIRONMENTAL ANALYSIS

ABSTRACT

The present study aspires to analyze the legal, political-institutional and environmental instruments related to water management of the Curimataú-PB Federal Hydrographic Basin, especially regarding the fulfillment of the requirements established by the National Water Resources Policy (PNRH), introduced in the legal system through Law No. 9,433 / 1997, whose mechanisms seek to enable the adequate protection of the quantitative and qualitative aspects of the country's water resources, which require sustainable, democratic and efficient management. To achieve this objective, the methodology called hermeneutic-systemic was used, which allows us to understand the legal meaning of laws and resolutions and to understand the characteristics of documents, institutions and entities related to water issues. From the analysis of the legal instruments and the political-institutional dynamics related to the basin in question, it was found that, due to the lack of a Watershed Committee, an organ of fundamental importance for the management of water resources, the Master Plan of the basin under study has been, for a long period of time, without practical functionality, whereas the duties of such Committee is to execute and supervise the goals defined by the Plan; In addition, the potential for the establishment of quantitative and qualitative conflicts among the riverside population was verified, whose arbitration, in the first administrative instance, also falls under the Committee's responsibility. Thereby, from the analysis of these and other issues, it was concluded that the water management of the Curimataú-PB Federal Hydrographic Basin is inefficient, not being compatible with the dictates set by PNRH.

Keywords: waters; sustainable management; law.